

Transporte urbano por ônibus: mapeamento da carga tributária e impacto nos custos.

Matteus Freitas¹; Arthur Oliveira¹; Alice Ozorio¹; Roberta Carolina Faria¹; Filipe Oliveira¹; André Dantas¹.

¹Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). Núcleo de Transportes. SAUS Quadra 1, bloco "J", Edifício CNT, Ala "A", 9º andar, CEP 70.070-944, Brasília-DF. Telefone: (61) 2103-9293. Fax: (61) 2103-9260. E-mail: ntu@ntu.org.br. Site: www.ntu.org.br.

RESENHA

A desoneração do transporte público urbano é imprescindível para a mobilidade. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) relatam que 37 milhões de brasileiros não utilizam o transporte público devido ao custo das tarifas. Este trabalho tem por objetivo fazer o levantamento da carga tributária incidente sobre o transporte público.

PALAVRAS-CHAVES

Mobilidade urbana. Transporte público urbano. Carga tributária.

INTRODUÇÃO

Elaborar alternativas para a desoneração tributária contribuiria para aumentar a participação do transporte público por ônibus no total de viagens realizadas no país. A desoneração, implementada juntamente com medidas de prioridade de circulação como Sistemas BRT e BRS e a adoção de novas tecnologias (Bilhetagem automática, ITS e equipamentos veiculares), aumentaria a qualidade do transporte público e, consequentemente, a acessibilidade e sustentabilidade nas cidades brasileiras.

Este documento tem por escopo mapear toda a carga tributária incidente sobre as empresas operadoras de transporte público urbano. As próximas seções identificam cada um dos tributos, as principais características e apresentam cenários com os impactos possíveis sobre as finanças do país a partir da isenção total ou parcial.

DIAGNÓSTICO

Existem quatro tipos de classes de impostos diretos e/ou indiretos sobre a tarifa do transporte público urbano. A Figura 1 representa esquematicamente os macrocomponentes sobre os quais incidem os diversos impostos e encargos sociais que oneram a tarifa do transporte público urbano. Além deles, existe ainda a incidência de encargos sociais. As próximas subseções descrevem cada um deles.

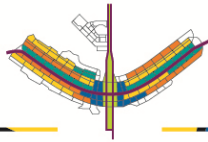
Tributos incidentes sobre as instalações

Sobre as instalações das empresas operadoras, incidem sete tipos de tributos, que estão descritos a seguir.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) - Os contribuintes do imposto são as pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Tem por finalidade a obtenção de recursos financeiros para os municípios. A alíquota utilizada é estabelecida pelo legislador municipal e tem como base de cálculo o valor venal do imóvel.

Taxa de Conservação e Limpeza Pública (TLP) - É cobrado dos responsáveis pelos imóveis, e o valor varia em nível municipal e de acordo com a atividade econômica desenvolvida.

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) - A alíquota é calculada de acordo com a atividade desenvolvida pela empresa, e a base de cálculo é o porte da empresa, no caso das operadoras de transporte público o valor da taxa é de R\$ 2.250,00.



Taxa de Combate a Incêndio - A alíquota varia em função do tipo do imóvel, e a base de cálculo é o tamanho (área) do imóvel.

Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) - A alíquota varia de acordo com a destinação do imóvel e com a faixa de consumo de energia elétrica.

Tributos incidentes sobre a posse dos veículos

Os três tributos que incidem sobre a posse dos veículos estão descritos a seguir.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - A alíquota difere por unidade da federação, A média nacional da alíquota é 2,6%, tendo como base de cálculo o valor venal do veículo, estabelecido pelo Estado que cobra o imposto.

Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) - É cobrado um valor que varia por Estado e tipo de veículo, sendo o valor do prêmio obtido por meio de cálculo atuarial, no qual se estima os sinistros a ocorrer, com base nos sinistros ocorridos.

Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo (TRLAV) - Após a quitação do licenciamento, é expedido o documento Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV). O valor da TRLAV é definida pelo Estado e igual para todos os veículos.

Tributos incidentes sobre a atividade da empresa operadora

Existem sete tributos que incidem sobre a atividade das empresas operadoras, que estão descritos a seguir. Em alguns casos, os tributos apresentados reincidem, dependendo do insumo considerado. Dessa forma, a descrição também é apresentada nessas situações.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - Tem como fato gerador a prestação de serviços. A alíquota é de até 5% e tem como base de cálculo o total da receita da empresa.

Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) - É um tributo federal que é pago pelas pessoas jurídicas não imunes/isentas sobre seu lucro real, após as adições e exclusões efetuadas sobre os lançamentos constantes do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), ou sobre o Faturamento/Receita Bruta.

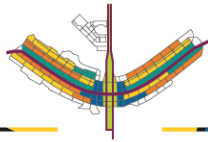
Taxa de Gerenciamento Operacional (TGO) - A alíquota varia de 1% a 6% (média 3,4%) e tem como base de cálculo a receita total da empresa.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - A alíquota para a atividade de transporte é de 12%, incidente sobre a receita bruta da empresa.

Tributos incidentes sobre os insumos

Estão divididos em cinco tipos que estão descritos nas próximas subseções. Existem 15 tributos que incidem sobre os insumos. Em alguns casos, os tributos apresentados reincidem, sendo que, dessa forma, suas descrições já estão apresentadas anteriormente.

Incidentes sobre a aquisição dos veículos



Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - A alíquota é estabelecida pelo Senado Federal (operações externas) e pelos governos estaduais e DF (operações internas). A base de cálculo pode ser:

- o valor da mercadoria quando da sua saída; ou
- o preço do serviço prestado; ou
- valor mais frete, seguro, Imposto de Importação e IPI (no caso de mercadorias importadas).

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - A alíquota é de 10% para veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluído o motorista - com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, superior a 6m³, mas inferior a 9m³.

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) - As duas contribuições, apesar de serem originadas por diferentes legislações, têm uma relativa semelhança na base de cálculo, pois levam em consideração todas as receitas auferidas, com as exceções e exclusões previstas em lei. A alíquota é de 0,65% e 3%, respectivamente.

Incidentes sobre combustíveis e lubrificantes

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Já descrito anteriormente.

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) - Já descrito anteriormente.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) - A contribuição incide sobre a importação e a comercialização de gasolina e derivados, diesel e derivados, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis (fuel-oil), gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível. A alíquota para o óleo diesel é de R\$ 157,80 por m³.

Incidentes sobre peças e acessórios

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. A alíquota para partes e acessórios dos veículos automóveis é de 5%, incidente sobre o preço da peça.

Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Já descrito anteriormente.

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) - Já descrito anteriormente.

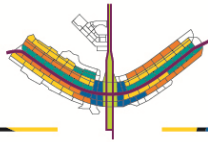
Incidentes sobre câmara-de-ar

Todos os tributos incidentes sobre este insumo já foram descritos anteriormente. Assim, as subseções seguintes apenas fazem referência aos itens originários.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Já descrito anteriormente.

Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Já descrito anteriormente.

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) - Já descrito anteriormente.



Incidentes sobre pneus

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Já descrito anteriormente.

Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Já descrito anteriormente.

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) - Já descrito anteriormente.

Tributos incidentes sobre a folha salarial

Para efeitos de cálculo dos custos do transporte urbano, utilizou-se a classificação dos encargos sociais definida pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. A definição de todos os encargos pode ser verificada em GEIPOT (BRASIL, 1996). Os quatro grupos distintos definidos (Figura 2) são os seguintes:

Grupo A - Encargos que incidem diretamente sobre a folha de pagamento e sobre benefícios pagos como salários;

Grupo B - Benefícios pagos sem a correspondente prestação dos serviços;

Grupo C - Obrigações que não provocam nem sofrem incidência de outros encargos; e

Grupo D - Incidência cumulativa dos encargos do Grupo A sobre os do Grupo B.

Fluxograma da carga tributária

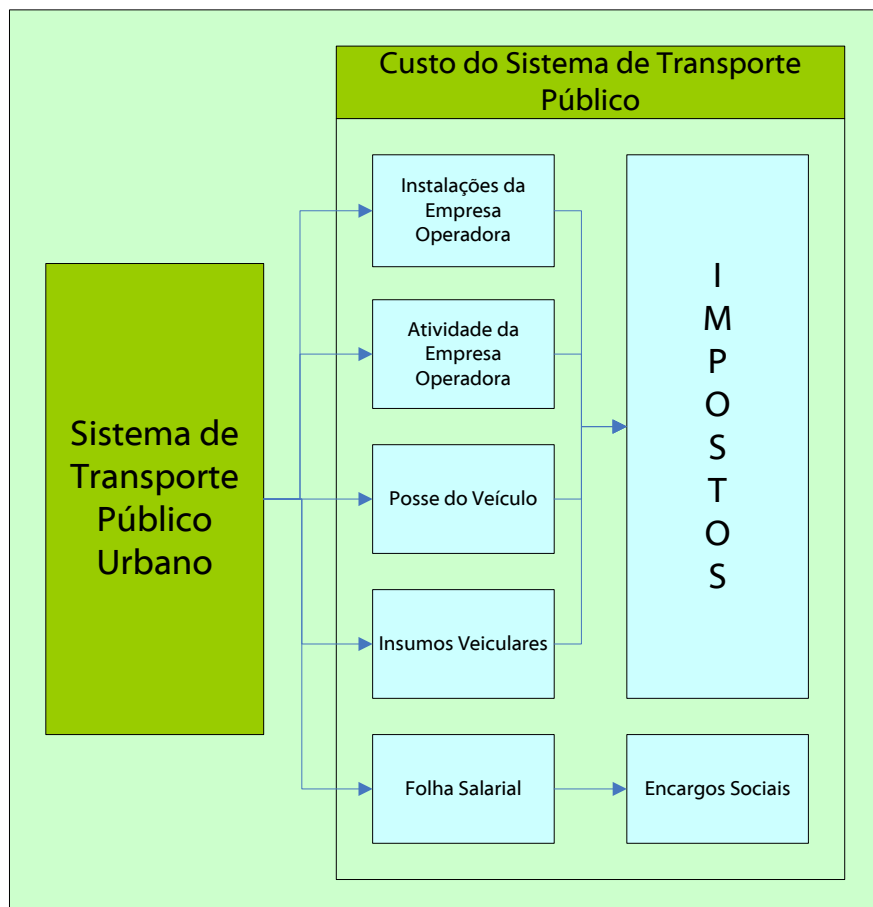


Figura 1. Incidência de Impostos sobre o Transporte Público: Visão Geral.

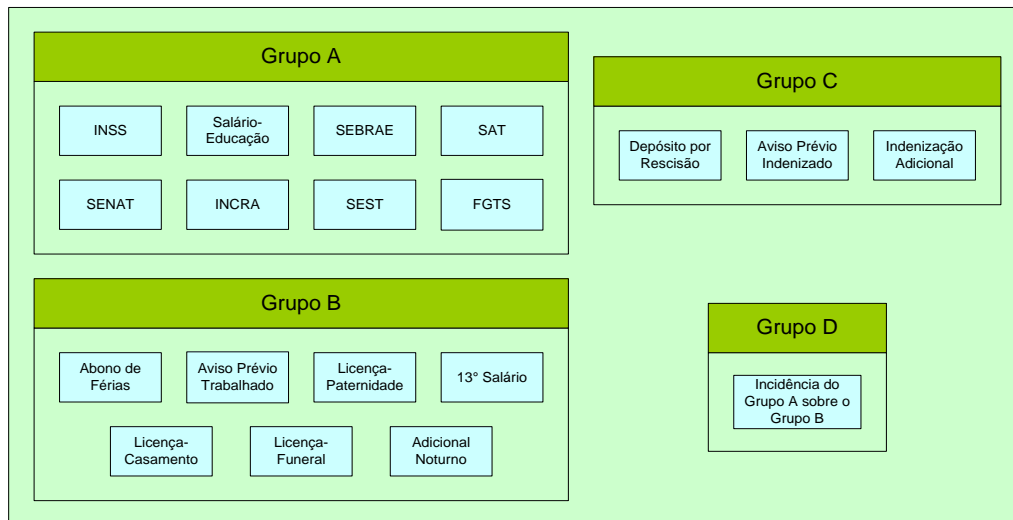
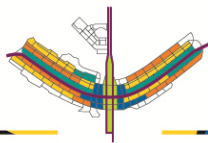


Figura 2. Encargos Sociais Incidentes sobre o Sistema de Transporte Público.

Considerando todos os impostos, tributos e taxas, pode-se verificar uma gama considerável de impostos, conforme representado na Figura 3, esses impostos podem ser divididos em:

- Diretos: cobrados das empresas sobre as instalações, posse dos veículos e por exercer atividade econômica; e
- Indiretos: embutidos nos preços dos diversos insumos necessários ao setor, como na compra de veículos, compra de peças de reposição, combustíveis, material de rodagem, etc.

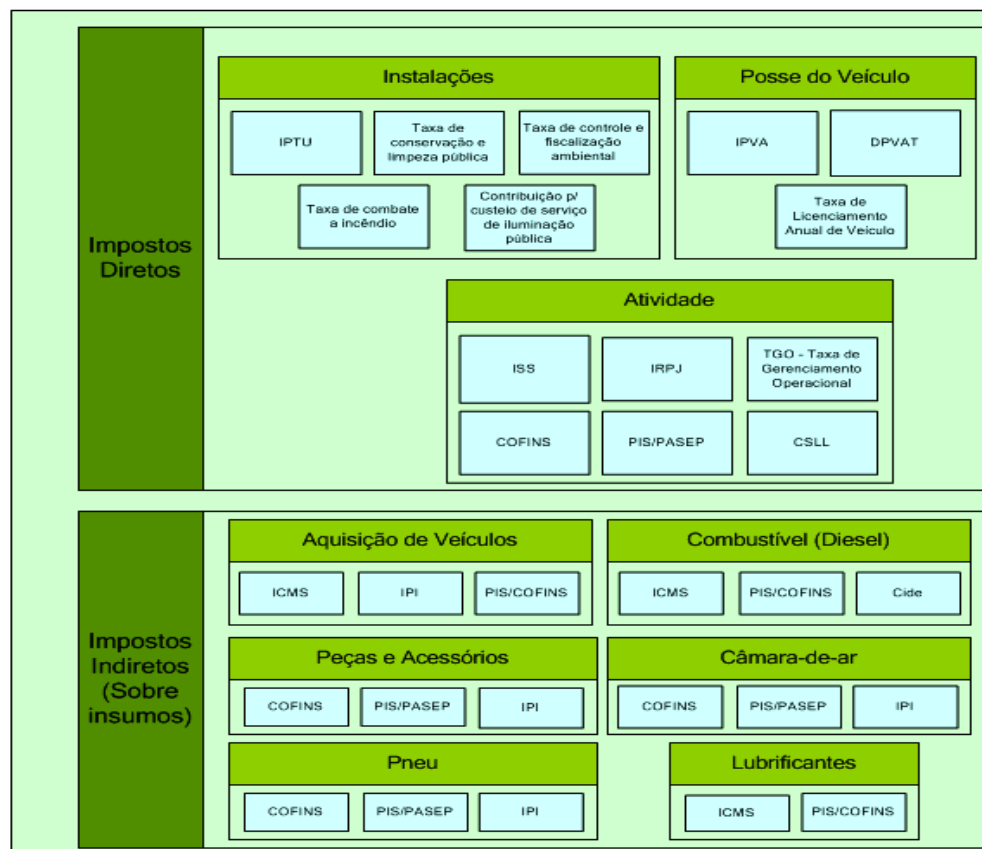
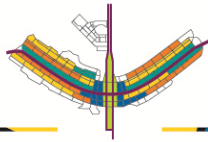


Figura 3. Impostos Incidentes sobre o Sistema de Transporte Público.



PROPOSIÇÕES

SIMULAÇÃO DA INCIDÊNCIA DA CARGA TRIBUTÁRIA

Com o intuito de estimar a incidência da carga tributária no transporte público, foram utilizados dados gerais característicos de uma empresa exemplo. Estimou-se a parcela dos custos paga ao governo na forma de impostos e encargos.

Para estimativa dos dados gerais da empresa exemplo foram considerados os seguintes parâmetros:

- Número de funcionários: 6 por veículo (2 motoristas, 2 cobradores, 1 mecânico e 1 administrativo);
- Quilometragem percorrida: Percurso Médio Mensal (6.747 km – Média da Pesquisa da Rede de Informações Estratégicas da NTU - Dados Operacionais Abril 2012);
- Passageiros transportados: Passageiros transportados por veículo/dia (408 passageiros por veículo/dia – Anuário NTU 2011-2012);
- Frota operante: 180 veículos;
- Dias úteis no mês: 25 dias;
- Tarifa: Tarifa média das capitais (R\$ 2,61 – NTU 2013); e
- Valor do m²: preço básico da construção civil.

Também foram usados para o cálculo dos impostos, os parâmetros utilizados pela Coppe-UFRJ (2011) no que é pertinente aos valores médios de veículos do tipo ônibus e óleo diesel, assim como os coeficientes de consumo de rodagem, peças, acessórios, lubrificante e combustível.

Partiu-se do pressuposto que a localidade onde a empresa estaria instalada seria o Distrito Federal-DF. Os valores dos impostos utilizados nessa simulação constam nas leis e decretos dessa unidade federativa.

As demais alíquotas e valores de taxas referentes à carga tributária são comuns a todos os municípios e classes de empreendimentos.

É importante ressaltar que os cálculos para identificação dos valores comprometidos com os impostos, taxas e contribuições foram realizados para o período de um ano. Aqueles tributos com vencimento mensal tiveram os valores convertidos para a periodicidade estabelecida.

RESULTADOS

Toda a carga tributária, as correspondentes alíquotas e valores de taxas cobrados são detalhados na Tabela 1, que também apresenta os valores desembolsados pelas empresas operadoras de transporte público para cada um dos itens da carga tributária mapeada.

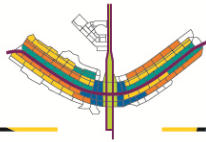
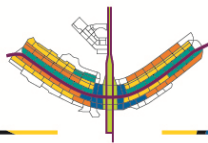


Tabela 1. Transporte Público: carga tributária geral.

Macrocomponentes	Impostos, taxas e contribuições	Alíquota/Valor	Custos (R\$)
Instalações	IPTU	1,00%	R\$ 360.000,00
	TLP	N.A.	R\$ 611,97
	TCFA	N.A.	R\$ 2.250,00
	Taxa de Combate a Incêndio	N.A.	R\$ 700,00
	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP)	N.A.	R\$ 359,83
Total Carga Tributária - Instalações			R\$ 363.921,80
Posse do Veículo	IPVA	2,63%	R\$ 1.321.256,17
	DPVAT	396,49	R\$ 79.298,00
	Licenciamento (TRLAV)	48,52	R\$ 9.704,00
Total Carga Tributária - Posse do veículo			R\$ 1.410.258,17
Atividade	ISS	5,00%	R\$ 2.875.176,00
	IRPJ	15,00%	R\$ 1.035.063,36
	TGO	3,40%	R\$ 1.955.119,68
	COFINS	0,00%	R\$ -
	PIS/PASEP	0,00%	R\$ -
	Contribuição Social do Empregador	2,00%	R\$ 1.150.070,40
	CSLL	12%	R\$ 621.038,02
Total Carga Tributária - Atividade da empresa			R\$ 7.636.467,46
Aquisição de Veículos	ICMS	12,0%	R\$ 1.178.424,00
	IPI	10,0%	R\$ 982.020,00
	PIS/PASEP	0,65%	R\$ 63.831,30
	COFINS	3,00%	R\$ 294.606,00
Combustível e Lubrificantes	ICMS	14,4%	R\$ 1.399.757,45
	PIS/PASEP	0,65%	R\$ 63.183,50
	COFINS	3,00%	R\$ 291.616,14
	CIDE	R\$ 157,80/m3	R\$ 1.416.871,62
Peças e Acessórios, Câmara de ar e Pneu	IPI	5,00%	R\$ 269.610,12
	PIS/PASEP	0,65%	R\$ 35.049,32
	COFINS	3,00%	R\$ 161.766,07
Total Carga Tributária - Insumos veiculares			R\$ 6.156.735,51
Encargos Sociais - Grupo A	INSS	0,00%	R\$ -
	SAT	3,00%	R\$ 555.994,08
	Salário-Educação	2,50%	R\$ 463.328,40
	INCRA	0,20%	R\$ 37.066,27
	SENAT	1,00%	R\$ 185.331,36
	SEST	1,50%	R\$ 277.997,04
	SEBRAE	0,60%	R\$ 111.198,82
	FGTS	8,00%	R\$ 1.482.650,88
Encargos Sociais - Grupo B	Abono de férias	2,78%	R\$ 515.221,18
	Aviso prévio trabalhado	0,11%	R\$ 20.386,45
	Licença-paternidade	0,04%	R\$ 7.413,25
	Licença-funeral	0,01%	R\$ 1.853,31
	Licença-casamento	0,02%	R\$ 3.706,63
	13º salário	8,33%	R\$ 1.543.810,23
	Adicional noturno	2,24%	R\$ 415.142,25
Encargos Sociais - Grupo C	Depósito por rescisão	4,54%	R\$ 841.404,37
	Aviso prévio indenizado	3,60%	R\$ 667.192,90
	Indenização Adicional	0,33%	R\$ 61.159,35
Encargos Sociais - Grupo D	Incidência dos Encargos do Grupo A sobre os Encargos do Grupo B	4,98%	R\$ 922.950,17
Total Carga Tributária - Folha salarial			R\$ 8.113.806,94
Total da Carga Tributária - Sistema de Transporte Público por Ônibus			R\$ 23.681.189,87



Para determinar a contribuição dos impostos e encargos sociais nos custos das empresas, considerou-se a composição total dos custos, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Simulação da composição dos custos do sistema de transporte público*

Composição dos Custos Sistema de Transporte Público		
Itens	(R\$)	(%)
Encargos sociais	8.113.806,94	11,1
Impostos Diretos	9.410.647,42	12,8
Impostos Indiretos	6.156.735,51	8,4
Total Custos Governo	23.681.189,87	32,3
Mão-de-obra	18.533.136,00	25,3
Insumos Veiculares	18.749.410,17	25,6
Depreciação	5.914.782,00	8,1
Remuneração	6.485.481,72	8,8
Total Custos Empresa	49.682.809,89	67,7
Total Geral	73.363.999,76	100,0

*Foram utilizados para esta simulação os dados da empresa exemplo, conforme os critérios e parâmetros já descritos anteriormente.

A representatividade de cada um dos componentes no custo total do sistema de transporte público está ilustrada na Figura 4. Pode-se ressaltar a significativa participação dos encargos sociais e tributos diretos e indiretos, que somados correspondem a 35,6% dos custos.

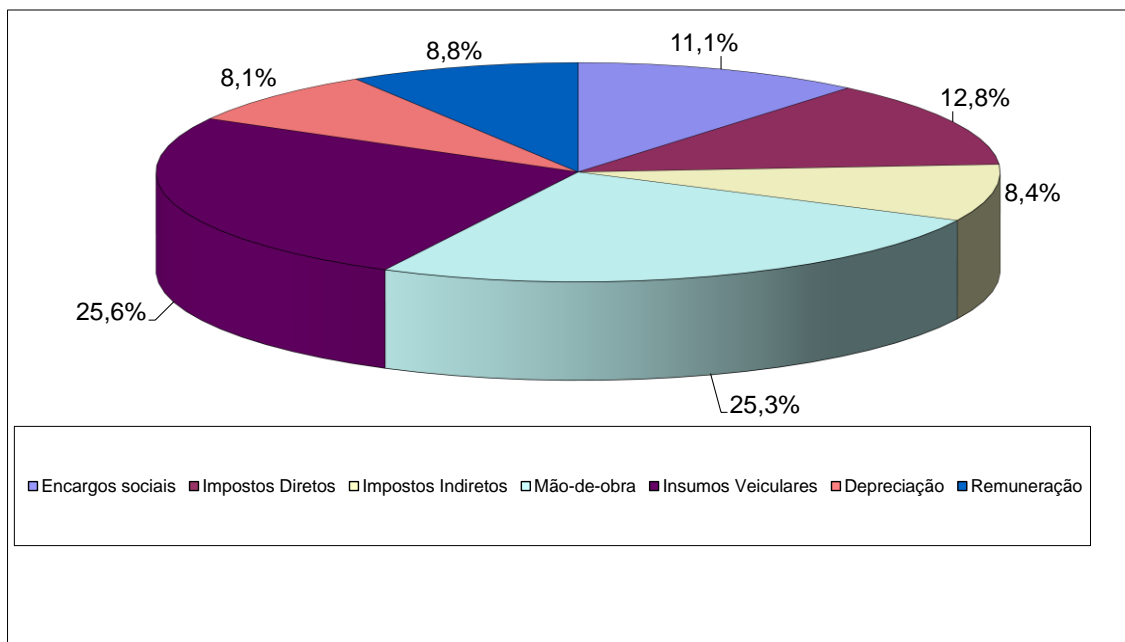
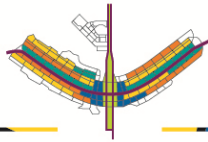


Figura 4. Representatividade dos componentes no custo do sistema de transporte público.



CONCLUSÕES

Este documento detalhou a vasta carga tributária incidente sobre o transporte público urbano de passageiros. Por meio do estudo de todos os elementos que compõem a estrutura de custo das empresas operadoras foi possível mapear uma série de impostos que incidem em cascata.

É notável que esses tributos e encargos tenham impacto significativo nas tarifas praticadas nas cidades brasileiras. A simulação dos tributos e encargos incidentes sobre uma empresa exemplo mostrou a dimensão e a complexidade da situação atual.

O cenário estabelecido para análise, uma empresa operadora exemplo com uma frota total de 200 veículos, identificou que o total de recursos gastos com tributos é da ordem de aproximadamente R\$ 23,7 milhões de reais por ano, o que representa 32,3% na composição de todos os custos da empresa operadora.

Os encargos sociais possuem destaque, pois correspondem a 34,3% do total de recursos gastos apenas com a carga tributária incidente. De acordo com a empresa exemplo, anualmente, o custo com encargos são da ordem de R\$ 8,1 milhões.

O trabalho de mapeamento da carga tributária identificou a vultosa quantidade de recursos pagos anualmente pelas empresas operadoras do sistema de transporte público urbano. Contudo, sua relevância vai além ao elaborar e apresentar a definição de uma metodologia para realização do levantamento de todos os tributos e a mensuração dos custos provenientes desses.

É interessante destacar que essa situação é totalmente oposta aquela em países desenvolvidos. Segundo CAF (2010), embora grande parte dos países europeus tenha tarifas três vezes superiores à média latino-americana e o dobro da brasileira, a média do subsídio europeu para o transporte público é superior a 50% da receita do sistema nessas localidades, situação totalmente contrária àquela verificada nos países latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS – NTU. Mobilidade sustentável para um Brasil competitivo – Coletânea de artigos. 2013.

BRASIL. Ministério dos Transportes – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Cálculo de Tarifas de Ônibus Urbanos – Instruções Práticas Atualizadas. 2ª edição. 1996.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO – CAF. Desarrollo Urbano y Movilidad em América Latina (“Desenvolvimento Urbano e Mobilidade na América Latina”) – Observatorio de Movilidad Urbana, Panamá. 2010.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA – COPPE/RJ. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. Alternativas tecnológicas para ônibus no Rio de Janeiro. 2011.